

Informativo

ROMÁRIO



Edição: 02

IMPRESSO
ESPECIAL

9912170631/2007-DR/BSS

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

---CORREIOS---

PSB40

Projeto de Romário alavanca pesquisa científica do país

Prêmio: Romário é eleito um dos melhores deputados do Brasil

Congresso aprova limite para mandato de dirigente esportivo

Mais nesta edição:

Romário é o novo presidente do PSB no Rio de Janeiro p.3

Brasil está atrasado no controle de doping p.11

Sob pressão, Governo mantém recursos para as Apaes p.15

Deputado lança livro sobre doenças raras p.16

Amigos e amigas,

Vocês que me acompanham, observam meu trabalho parlamentar pela moralização da gestão esportiva e em defesa de melhores condições de vida e oferta de trabalho às pessoas com deficiência. Estas foram, de fato, minhas principais bandeiras neste meu primeiro mandato parlamentar na Câmara dos Deputados, mas não as únicas.

Nas viagens que realizo, Brasil a fora, observo que o Congresso Nacional tem como contribuir para buscar soluções a outros problemas, também importantíssimos para a nossa sociedade.

Como já informei, apresentei um projeto de lei para facilitar a importação de mercadorias científicas. Trata-se de uma iniciativa que, concretizada, ajudará significativamente nosso Brasil na pesquisa científica, uma área em que está carente devido à burocracia imposta pelo próprio governo. Em resumo, o projeto de lei (nº 4411/12) propõe simplificar a importação de mercadorias – drogas e reagentes, por exemplo – destinadas à pesquisa científica e tecnológica.

Essa iniciativa contribuirá para que centenas de trabalhos científicos não fiquem prejudicados pela falta de material, pois muitas experiências não podem ser suspensas por longo tempo sob pena de prejudicar seus resultados.

Por exemplo, um dado que impressiona é que 76% dos cientistas brasileiros já perderam material científico na alfândega. Ou seja, o governo promove a importação, o material chega ao Brasil, mas na hora de retirá-lo do aeroporto o serviço de alfândega é tão complexo, tão burocrático e demorado que o interessado acaba desistindo do produto. Perde-se a importação, o prejuízo para a pesquisa é inevitável, a desmotivação do pesquisador é imediata e, principalmente, os resultados daquele trabalho científico não chegarão à sociedade, como se deseja.

Outro dado impressionante e que já citei em publicações anteriores é que 99% dos pesquisadores que enfrentaram esse problema acabaram por mudar os rumos de suas pesquisas devido às dificuldades para importar reagentes.

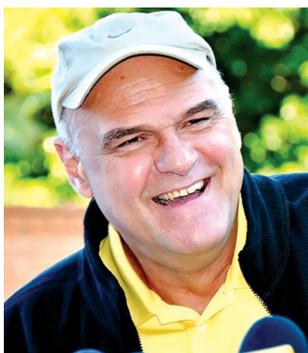
O mesmo problema enfrenta, por exemplo, o Laboratório Ladetec, no Rio de Janeiro. Criado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, para realizar exames antidoping, teve seu credenciamento suspenso pela Agência Mundial Antidoping (Wada). E qual o motivo? Entre outros, as dificuldades na compra de reagentes do exterior e necessidade de contar com equipamentos modernos.

Lamentavelmente isso ocorre no nosso Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016, e demonstra com o governo está desatendo às necessidades do setor científico cujos trabalhos repercutem na melhoria da saúde e da qualidade de vida dos brasileiros em geral.

Sem esmorecer, vamos em frente.

Romário.

Frases



“Do que pude ver ele está sendo o cara que a gente gostaria de ser lá. Se depender só do caráter, tem tudo para dar certo. Está melhor do que era no futebol. O Romário é meu ídolo, me fez chorar em 1994, mas incrivelmente agora ele está sendo melhor.”

Oscar Schmidt, ex-jogador de basquete



“Romário, estamos vendo a sua luta e estamos muito orgulhosos do seu trabalho. A gente agradece o seu empenho.”

Banda O Rappa, pelo Twitter

Expediente

Câmara dos Deputados

Anexo IV – Gabinete 411
Contato: (61) 3215-5411/3411
Fax: (61) 3215-2411
CEP: 70160-900/ Brasília – DF
dep.romario@camara.leg.br

Escritório Rio de Janeiro

Contato: (21) 3988-9511
Avenida das Américas nº 3500
Edifício Hong Kong 3000, sala 130
Barra da Tijuca

Jornalista Responsável:

Letícia Alcântara
romariogabinete@gmail.com

Texto:

Letícia Alcântara
Márcia Magalhães

Fotos:

André Abrahão
Sérgio Francês
Humberto Pradera
Agência Câmara
UnB agência

Colaboradores:

José Cruz
José Ailson Júnior
Elaine Costa Depollo
Janaína Serra
Nathália Alvarenga

Projeto Gráfico:

Stratêgós7 Comunicação Integrada
www.strategos7.com

www.romario.org

Redes sociais:



**Deputado
Federal Romário**



@romarioonze





Romário retorna ao PSB como presidente do partido no Rio

Em ato com o presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, Romário assumiu oficialmente na primeira semana de outubro o comando do PSB no Rio de Janeiro. No evento, Romário anunciou o rompimento do partido com o governo de Sérgio Cabral e deu o tom da nova condução da legenda. “Vamos mudar a cara do partido a partir deste momento. Não será fácil, temos que trabalhar bastante”, afirmou Romário.

Eduardo Campos elogiou a postura da nova direção da legenda. Em sua avaliação, o PSB está crescendo em conteúdo, sinergia com a sociedade e em quadros. Campos ainda declarou que o Rio de Janeiro vive uma grave crise política e indicou que a legenda dará uma atenção especial ao estado. “Todos nós sabemos que para o Brasil ir bem, o Rio precisar andar bem. Por tudo o que o Rio representa e o que enfrenta hoje, temos que formar um caminho para o estado sair dessa situação e a contribuição do PSB será buscar a oxigenação da política local, com a renovação de nossos próprios quadros e a recuperação do debate com a militância, que o deputado Romário certamente conduzirá muito bem”, destacou.

Presente no evento, o vice-presidente nacional do partido, Roberto Amaral, arrancou

aplausos dos presentes quando apontou alguns dos escândalos recentes envolvendo o nome do governador Sérgio Cabral. “O Rio de Janeiro está sendo governado entre uma boate do Rio e uma de Paris, entre brincadeiras de guardanapos em restaurantes de luxo, de helicópteros transportando lolos e lulus, enquanto não se reajusta o salário dos professores”, afirmou.

Já o Deputado Glaber Braga, novo vice-presidente da comissão provisória regional, disse que uma das prioridades nesse trabalho deve ser a construção de uma nova política no estado. O ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, ambos do PSB do Rio, também prestigiaram a instalação do novo diretório socialista no estado.

Ato de filiação coletiva – No mesmo dia, os socialistas deram boas vindas a brizolistas históricos, como o ex-deputado Federal e ex-secretário de Justiça do Governo Brizola, Vivaldo Barbosa. Atualmente professor da UniRio e doutor pela Universidade de Harvard, ele se desfiliou do PDT. No antigo partido, liderava o Movimento de Resistência Leonel Brizola (MRLB). “O PSB é o partido mais próximo do PDT. Já teve a presença de Miguel Arraes e juntar os brizolistas com os arraesistas é encantador”, afirmou Barbosa.





Romário foi eleito presidente por unanimidade.

NA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO, ROMÁRIO LEVA O ESPORTE PARA O CENTRO DO DEBATE NACIONAL



Em seguida, o ministro do Turismo, Gastão Vieira, foi ouvido pelos parlamentares. O ministro afirmou que várias obras do setor para a Copa 2014 estão atrasadas porque as prefeituras das cidades-sede ainda não apresentaram os seus projetos.

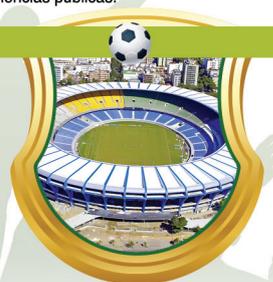


Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas também foram temas de audiências públicas.

A primeira audiência pública do ano levou ao plenário da CTD o ministro do Esporte, Aldo Rebelo. No encontro, Romário lembrou que a FIFA vai lucrar R\$ 4 bilhões com a realização da Copa do Mundo no Brasil, livre de impostos, e pediu ao ministro um legado justo para o Brasil.



Outra audiência pública de intenso debate abordou o "Direito humano ao lazer e a situação da acessibilidade do turismo para as pessoas com deficiência, no Brasil", proposta da deputada Rosinha da Adefal (PTdoB/AL).





O deputado Romário (RJ) foi eleito, em março deste ano, presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. A comissão é considerada uma das mais importantes da Casa, às vésperas do Brasil receber megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016). Na presidência, Romário usou seu prestígio no mundo esportivo para promover um debate amplo sobre o esporte e turismo no país. Durante sua gestão, foram realizadas audiências públicas, seminários e seis visitas técnicas em diferentes estados do Brasil. Paralelamente, a comissão aprovou nove projetos de lei.

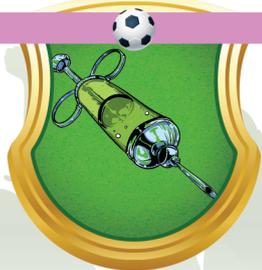
Por iniciativa de Romário, a CTD sediou um amplo debate sobre o combate ao doping no esporte brasileiro. O representante do Comitê Olímpico Brasileiro, Eduardo Henrique de Rose, alertou para a necessidade de o governo atualizar seus programas. "Estamos atrasados dez anos no combate ao doping", disse na ocasião. (leia mais na página 11).



Durante o seminário "Desafios da Aviação Civil no Brasil", o secretário da pasta, Moreira Franco, apresentou as propostas do governo para dinamizar o turismo, atrair visitantes estrangeiros e enfrentar os entraves da falta de estrutura dos principais aeroportos do país. "Precisamos acertar, pois temos apenas o Plano A para preparar os aeroportos aos megaeventos esportivos", declarou.



A Comissão ainda realizou visitas técnicas às cidades-sede da Copa das Confederações – Brasília, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza.



Romário ainda promoveu um debate público com representantes de clubes e do governo federal sobre a dívida das agremiações para com o fisco, estimada em R\$ 4 bilhões. O governo estuda perdoar as dívidas, o "Baixinho" é contra.



Entre os nove projetos aprovados na Comissão durante a gestão do Romário, está o projeto de lei que institui o Programa Nacional do Esporte Solidário para o Idoso (PNESI), de autoria do deputado Valadares Filho (PSB/SE).





Romário e Ivo Herzog protocolam na CBF petição pela saída de Marín da presidência

Abaixo assinado com 55 mil assinaturas pediu o afastamento do presidente da entidade, José Maria Marín, por ligação com o regime militar.

Os anos de ditadura no Brasil deixaram marcas difíceis de serem apagadas. Mesmo anos após o fim do regime, muitos ainda convivem com as dores causadas pelas mortes e desaparecimento de pessoas durante os anos de repressão. Ivo perdeu o pai, o jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto neste período, e assim como milhões de brasileiros, ainda espera que a história recente do País seja passada a limpo.

Um passo importante rumo a este objetivo, é tirar da vida pública todos aqueles que colaboraram com o regime. Por isso, Ivo, ao lado dos deputados Romário (RJ) – como então presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara – e da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), entregou na sede da Confederação Brasileira de Futebol um abaixo assinado com 55 mil assinaturas de pessoas que pedem o afastamento do presidente da entidade, José Maria Marín, por ligação com o regime militar.

Em nome de seu pai e de todos que foram mortos naquele período, ele considera inaceitável que alguém que apoiou o regime seja hoje o nome forte de uma das

maiores entidades esportivas do país. Marín é apontado como um dos principais apoiadores do regime, enquanto deputado estadual por São Paulo, em 1975.

“Estamos aqui com esse documento para que o Brasil saiba quem está no comando da CBF, uma das maiores instituições do país. Espero no mínimo uma manifestação dos dirigentes daqui, o Brasil merece”, cobrou Romário na sede da CBF no Rio de Janeiro.

“Esse movimento não é contra ou a favor da CBF. É um movimento que simplesmente traz a tona fatos que aconteceram na nossa história e que infelizmente tem como protagonista o presidente atual da CBF”, disse Herzog.

Uma cópia do documento com os discursos proferidos por Marín na época da prisão e morte de Vladimir Herzog foi enviada para cada uma das 27 federações estaduais de futebol e para os 20 clubes da série A, que são os que têm direito a voto nas próximas eleições da CBF.

Nenhum membro da diretoria da CBF estava presente para receber o documento que foi protocolado na entidade. “Acho um absurdo ninguém nos receber, não precisaria ser o presidente, mas algum membro da diretoria que estivesse disposto a demonstrar que a CBF está aberta aos questionamentos dos brasileiros”, lamentou Romário.



Romário e Maradona pedem transparência no futebol da América Latina

“Eu não imaginava que existisse uma instituição mais corrupta do que a FIFA e do que a CBF, mas encontrei. Realmente é muito pior do que a gente imagina”. Com essas palavras, o deputado federal Romário expressou o que sentiu ao sair de reunião organizada para discutir a moralização da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), em São Paulo, no mês de setembro.

Ao lado do argentino Diego Maradona, Careca, e do ex-goleiro paraguaio Chilavert, Romário criticou a falta de transparência na entidade e disse que “é hora de colocar tudo às claras”. Romário já trava uma luta dentro do parlamento brasileiro para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O encontro foi organizado pelo ex-presidente do Corinthians, Andres Sanchez e contou com a presença de ídolos do futebol, sindicatos de jogadores, dirigentes de alguns dos maiores clubes brasileiros e mais de 20 representantes de agremiações sul-americanas.

De acordo com advogados uruguaios, relatórios feitos pela empresa de auditoria PriceWaterhouseCoopers (PWC) constataram diversas irregularidades financeiras. Os participantes decidiram formar uma comissão para avaliar a situação.

Entre os principais itens discutidos, estão os contratos de direitos televisivos, balanço financeiro o-

bscuro, valores de premiação repassados aos clubes, discrepância nas bilheterias, taxas cobradas por partida e a possível corrupção praticada na entidade que administra o futebol na América do Sul, presidida pelo uruguaio Eugenio Figueredo.

“Esta reunião vem em boa hora. Os dirigentes já estão no poder há muito tempo e é preciso que quem foi atleta ajude a mudar isso”, afirmou Romário. “Sempre sonhei com esse dia. Mas se não estivermos juntos e com o objetivo bem traçado nada mudará. O que acontece no futebol sul-americano não pode continuar. É uma vergonha!”, completou.

Visivelmente decepcionado, Maradona lamentou a ausência de dirigentes de clubes argentinos e não poupou Julio Grondona, presidente da Associação de Futebol Argentina. “Eles se cagaram”, disse o campeão mundial pelo país, em 1986.



Romário e Maradona



Romário quer facilitar a importação de mercadorias para pesquisa científica



Em visita à Universidade de Brasília, Romário se reuniu com o reitor, Ivan Marques de Toledo, e inúmeros pesquisadores liderados pelo decano em pesquisa Jaime Martins. Durante a visita, o deputado ouviu uma coleção de histórias tristes e, às vezes, cômicas daqueles que escolheram trabalhar para o desenvolvimento da ciência no país.

O Brasil é atualmente o 14º lugar no ranking mundial de pesquisas científicas, segundo levantamento feito pela empresa Thomson Reuters. Isso equivale a 2,2% de tudo o que foi publicado no mundo, em 2012. Essa posição poderia ser bem melhor se os pesquisadores enfrentassem menos burocracia na hora de importar materiais.

A diretora do Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sandra Azevedo, conta que já teve material retido por um procurador durante 40 dias por não ter o CNPJ da empresa que vendeu o equipamento. No entanto, era uma empresa estrangeira, a única que comercializava esse equipamento e que, logicamente, não tinha CNPJ no país. “Desburocratizar é muito importante, o sistema envolvido com a compra desses produtos ou equipamentos precisa ser mais ágil para podermos ajudar no desenvolvimento do Brasil”, disse.

Na tentativa de resolver o problema e impulsionar a pesquisa no País, o deputado federal Romário

apresentou o projeto de Lei 4411/12, que prevê a simplificação do processo de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica.

Romário foi motivado por sua luta em defesa das pessoas com deficiência e pacientes de doenças raras, que necessitam de medicina avançada para terem melhor qualidade de vida. Durante um seminário sobre Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença degenerativa e incurável, alguns pacientes relataram as dificuldades encontradas para importar materiais que poderiam auxiliar, e muito, nas pesquisas sobre a ELA. Foi quando pesquisadores se mobilizaram e lhe forneceram dados para que o parlamentar apresentasse a proposta.

No projeto, Romário cita uma pesquisa que aponta que 76% dos cientistas brasileiros já perderam material científico na alfândega e 99% resolveram mudar os rumos das pesquisas em virtude das dificuldades para importar os reagentes.



“Enquanto aqui são necessários 30 dias, em alguns casos até três meses, para o receber de um produto, em outras partes do mundo a entrega é feita em até 24 horas”, explica Romário.

Para a pesquisadora Sandra Azevedo, a demora na importação é um dos grandes gargalos que existe na evolução científica brasileira. Para ela, seria necessário ainda que as pessoas que recebem essas importações tivessem um treinamento, ou uma cartilha para diferenciarem esse tipo de material dos demais materiais de insumos. “Muitos precisam de refrigeração específica”, explica. Para ela, é fundamental saber interpretar o que é para pesquisa e o que é para serviços.

“Encaramos uma via-crúcis para explicar o que é equipamento de pesquisa. E isso não é culpa dos fiscais, eles não são obrigados a saber. Mas o Governo deveria orientá-los para que isso não acontecesse”, defende Sandra.

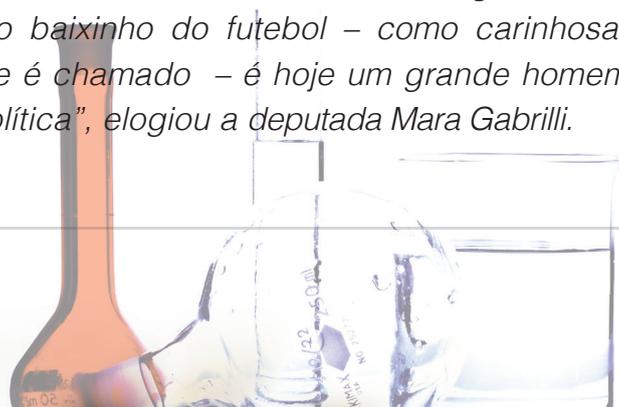
Pela proposta, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverá criar um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata das mercadorias livres de taxas da Receita Federal e da ANVISA. O projeto também

responsabiliza o pesquisador pelos danos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da alteração da finalidade declarada para o ingresso do material no País.

“Esse projeto de lei proposto pelo deputado Romário, se aprovado, será extremamente relevante e prioritário para o desenvolvimento da pesquisa e evolução da ciência no Brasil”, disse Sandra Azevedo.

A relatora do projeto, deputada federal Mara Gabrilli, ressaltou em seu parecer a coragem e a iniciativa pela apresentação deste projeto de lei do deputado Romário.

“Sua luta pelo avanço da ciência e por descobertas científicas e tecnológicas com potencial de cura e melhoria na qualidade de vida de diversos pacientes demonstra que sua excelência profissional não ficou restrita aos gramados. Nosso baixinho do futebol – como carinhosamente é chamado – é hoje um grande homem na política”, elogiou a deputada Mara Gabrilli.



Projeto

- Cria um cadastro nacional de cientistas pelo CNPq
- Os cientistas constantes neste cadastro terão liberação imediata do material importado
- Os pesquisadores ficarão livres de taxas da Receita Federal e da Anvisa
- O projeto responsabiliza o pesquisador pelos danos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da alteração da finalidade declarada para o ingresso do material no País



Congresso aprova limite de mandato para dirigentes esportivos

Em setembro, o Congresso Nacional deu um importante passo caminho a profissionalização do esporte no País. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal o fim do repasse de recursos públicos a entidades esportivas sem alternância de poder. Na prática, o projeto de lei de conversão (PLV 22/2013), oriundo da medida provisória 620/2013, prevê que entidades esportivas que recebem dinheiro público não poderão eleger um mesmo dirigente por mais de dois mandatos seguidos, cada mandato terá, no máximo, quatro anos de duração. A medida foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff e começará a valer em seis meses, a contar do dia 16 de outubro.

A mudança atende a um antigo anseio social. Antes da nova regra, alguns dirigentes se perpetuavam por mais de 20 anos à frente de algumas entidades. Um dos

A emenda ao texto, que permitiu esta mudança na lei, foi sugerida pela ONG Atletas da Cidadania.



A mudança na lei foi sugerida pela ONG Atletas pela Cidadania, que reúne os ex-atletas Raí, Ana Moser, Hortência e outros.

casos mais emblemáticos é o do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, que em 2016, completará 21 anos na função.

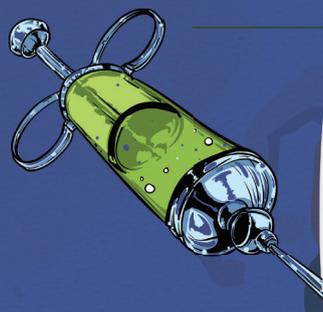
Além de permitir uma única reeleição de dirigentes, a lei também torna inelegíveis o cônjuge e os parentes até o segundo grau dos dirigentes que forem sucedidos. Prevê ainda maior transparência de gestão, como condição para que clubes, comitê olímpico, ligas, federações e confederações esportivas tenham acesso a verbas públicas.

A lei ainda exige a representação da categoria de atletas nos órgãos e conselhos técnicos que aprovam os regulamentos das competições e nos colegiados de direção. Nas entidades de prática desportiva, como os clubes, não será obrigatória a representação de atletas nos colegiados de direção, podendo ainda ser mantidas cláusulas de confidencialidade nos contratos comerciais.

CBF escapa das novas regras

A alteração na lei, no entanto, não afetou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade que, nos últimos anos, esteve no centro de inúmeros escândalos de corrupção.

“Infelizmente a mudança não vai atingir a entidade mais corrupta do Brasil”, alertou o deputado federal Romário, durante a votação do projeto na Câmara.



Brasil está atrasado em programas de combate ao doping no esporte

Com 5.600 controles por ano, cerca de 4.000 só no futebol, o Brasil está atrasado cinco ou dez anos no combate à prática do doping. A revelação, do médico Eduardo Henrique de Rose, uma das maiores autoridades mundiais no assunto, foi durante a audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, em junho deste ano. A audiência foi realizada depois que Romário denunciou irregularidades no controle de doping da Federação Paulista de Futebol.

Comparativamente aos resultados internacionais, o Brasil ainda tem um índice baixo de casos positivos, em torno de 0,75% sobre os exames realizados, contra 1,2% registrados na área internacional.

De Rose disse que para o Brasil ter um efetivo combate ao doping será necessário, além de legislação eficiente, uma investigação policial, como ocorre na França, por exemplo. Ele lembrou o caso de velocistas do atletismo, em São Paulo, flagrados pelo uso Eritropoietina (EPO). “Essa droga não é comercializada em farmácias. Portanto, se alguém usou é porque a EPO foi roubada de hospitais e vendida para os atletas.” E conclui: “Não é só identificar o usuário do doping, mas chegar a quem está oferecendo o produto e como ele chega aos atletas. Mas nós não temos autoridade para essa investigação, por isso dependemos da ação policial”.

Olimpíadas Rio 2016

O diretor executivo da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), Marco Aurélio Klein, afirmou que o novo órgão do Ministério do Esporte elaborou

um planejamento com cinco pontos chaves: Informação, educação, prevenção, inteligência e ação. “O objetivo é tornarmos o Brasil livre do doping, chegando aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, sem casos registrados”, disse o dirigente. E concluiu: “Nosso objetivo é orientar o atleta para que chegue limpo à competição, pois isso é questão de valores e de ética no esporte, com todos competindo de maneira justa”.

ABCD confirma denúncia de Romário

Após denúncia de Romário, Ministério do Esporte confirma irregularidade de controle de doping no futebol Marco Aurélio Klein, diretor da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) do Ministério do Esporte, confirmou a irregularidade da Federação Paulista de Futebol no controle de doping. A afirmação foi dada em resposta a denúncia de Romário de que a entidade não realiza exames de dopagem no laboratório credenciado à Agência Mundial de Antidopagem (WADA, sigla em inglês).

“O fato é que não vale, constitui uma infração ao código Mundial Antidopagem realizar exames em laboratório que não sejam acreditados”, afirmou o diretor.

Os exames dos atletas de todas as divisões do campeonato paulista eram realizados na Universidade de São Paulo (USP), mas apenas o Ladetec, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), era credenciado no Brasil. No último dia 25 de setembro, no entanto, o Ladetec foi descredenciado por erro nos resultados.



De Rose, à esquerda de Romário, disse que o Brasil está atrasado no controle de doping.



Após acordo, Rio cancela evento mundial de futebol para pessoas com deficiência

Em 2011, durante os jogos mundiais de Atenas, o estado do Rio de Janeiro se candidatou para sediar a primeira Copa de Mundo de Futebol da Special Olympics. O mundial reuniria atletas com deficiência intelectual, uma modalidade não contemplada nas parolimpíadas. Agora o governo alega não ter R\$ 12,5 milhões para custear o evento.

Romário e Zico, dois dos maiores ídolos do futebol brasileiro, são embaixadores da Special Olympics – uma organização internacional criada para apoiar as pessoas portadoras de deficiências intelectuais – e acompanharam a cerimônia onde o Governo do Rio formalizou a candidatura. Em março deste ano, no entanto, o secretário de Esporte do Estado, André Lazaroni, informou que o Governo não tem recursos para a Copa de Futebol. Romário e Zico se encontraram em Brasília e intermediaram um conversa da entidade com o Governo, a conversa não prosperou e o estado manteve a negativa.

De acordo com os organizadores, já foram iniciadas as competições qualificatórias em 7 regiões do mundo e milhares de atletas intensificaram seus treinamentos e expectativas, 24 equipes fariam parte da competição.

O evento foi orçado em R\$ 25 milhões, mas diante da posição do Governo, eles reduziram o valor em 50%. Para Romário, a credibilidade do estado ficou abalada. “Essa situação preocupa a todos nós, porque está em jogo a reputação do Rio de Janeiro e do Brasil”, declarou. A entidade procura uma nova cidade para realizar o evento em 2014.



Zico e Romário



Romário entre os melhores parlamentares de 2013



A oitava edição do Prêmio Congresso em Foco apontou as atuações dos deputados federais do Rio de Janeiro como as mais bem avaliadas pela população. Jean Wyllys foi o vencedor com 4.629 votos; Romário, logo em seguida, obteve 4.400 votos, Chico Alencar, em terceiro lugar, teve 4.179 votos de internautas de todo o Brasil. Também integram a lista Glauber Braga, Miro Teixeira, Jandira Feghali e Benedita da Silva.

A iniciativa tem por objetivo estimular a reflexão sobre a atuação parlamentar, valorizar aqueles congressistas que mais se destacaram ao longo do ano em diversas áreas de atuação e estimular os cidadãos a acompanharem mais de perto o desempenho individual dos parlamentares.

“É uma grande honra ver minha atuação sendo reconhecida pela população e figurar ao lado de grandes políticos do País. O site Congresso em Foco, que organiza o prêmio, é reconhecido nacionalmente por apontar irregularidades que acontecem no Congresso, portanto, não há ninguém melhor para apontar a boa atividade política”, avalia Romário.

Congresso em Foco

O Congresso em Foco é um site jornalístico que faz uma cobertura independente do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos da capital federal com o objetivo de auxiliar o eleitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos, contribuindo para melhorar a qualidade da representação política no país.

O Prêmio Congresso em Foco foi criado com o objetivo de valorizar o trabalho dos deputados federais e senadores que se destacam positivamente no cumprimento de suas obrigações durante o mandato. Por trás da iniciativa, há o desejo de ressaltar tanto a importância do Parlamento em uma democracia quanto à necessidade dos eleitores acompanharem de modo permanente a ação dos congressistas.

Desde a sua criação, em 2006, o Prêmio Congresso em Foco tem demonstrado que o Brasil possui, sim, bons parlamentares.



Tenho Down e sou profissional

A apresentações musicais e de dança marcaram as comemorações do Dia Internacional da Síndrome de Down dia 21 de março na Câmara dos Deputados. Organizado pelo deputado Romário (PSB- RJ), o evento reuniu integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência e várias associações de apoio às pessoas com síndrome de Down.

A filha de Romário, Ivy Bitterncourt, que tem a síndrome, encantou a todos com uma apresentação de dança. Romário explicou que a preocupação deste ano foi fazer um evento para mostrar as habilidades e capacidades dessas pessoas. Para ele, nos últimos cinco anos muita coisa mudou.

“Hoje o preconceito já é diferente, não estou dizendo que terminou, mas é diferente. Atualmente, nossos filhos têm condições e podem trabalhar. Há um mercado muito grande para que eles possam produzir e fazer alguma coisa que seja boa para eles pessoalmente e profissionalmente”, ressaltou.

O depoimento emocionado da estudante de direito Aline Figueiredo, de Belo Horizonte, comoveu os participantes. A estudante tem síndrome de Down e ressaltou que não adianta a lei garantir a inclusão de pessoas especiais no ensino regular se os professores não estão preparados para receber esses alunos. “Muitos professores não têm paciência e deixam os alunos excluídos”, alertou.

Filha caçula, Aline falou da importância dos estímulos que recebeu da mãe e destacou que em casa sempre foi tratada como os três irmãos.

Atletas, escritores e funcionários do Superior Tribunal de Justiça com síndrome de Down também participaram das comemorações na Câmara dos Deputados. Eles foram homenageados com o vídeo Tenho Síndrome de Down e Sou Profissional, elaborado pelo gabinete de Romário.



[Pressão Das Ruas]

MEC propõe novo texto para Plano Nacional de Educação e atende demanda das Apaes

O novo relatório sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado no último dia 18 de setembro no Senado, acabou com o impasse em torno da Meta 4 do plano, que garante o acesso à educação básica para os alunos com deficiência de 4 a 17 anos. Atendendo às demandas das entidades que se dedicam a essas crianças e adolescentes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), o relatório agora mantém recursos para as escolas especiais.

O impasse se instalou depois da redação dada pelo senador José Pimentel (PT-CE) à Meta 4, quando a matéria ainda tramitava na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O texto previa o fim dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial em 2016 – o que gerou diversos protestos. O novo relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), retirou esta previsão. O novo texto foi aprovado na CCJ e será votado na Comissão de Educação.

Atuante em defesa da inclusão de pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados, Romário avalia que a alteração foi acertada. “A educação especial oferecida por entidades como Apaes é imprescindível para muitas famílias. O Governo não poderia obrigar essas pessoas a matricular seus filhos especiais em escolas regulares sem estrutura para atendê-los”, declarou. Em discurso realizado no início de 3 de setembro, o deputado carioca disse que um dos erros do pro-

jeto era tirar dos pais a possibilidade de escolha.

“Como pai de uma criança especial, entendo profundamente a angústia de outros pais. A minha filha Ivy – que tem síndrome de Down – estuda em uma escola regular de ensino, se desenvolve bem e tem ótima relação com colegas da escola. Mas este não é o caso de todas as crianças. Há níveis diferentes de capacidade cognitiva e de socialização. Ninguém melhor para avaliar se a criança está apta ou não para estudar em uma escola regular do que seus pais”, salientou.

Preferencialmente - Outra mudança se refere à inclusão do termo “preferencialmente” no texto que abre a Meta 4. Essa palavra aparecia na redação aprovada na Câmara dos Deputados, mas foi retirada por José Pimentel. Para os que criticavam a decisão, a supressão desse termo abria uma brecha para que as escolas deixassem de oferecer um acompanhamento diferenciado para os alunos com deficiência. Vital do Rêgo inseriu a palavra.

A redação proposta por Vital é a seguinte: “Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (...)”.

(Com informações da Agência Senado)



Foto agência Câmara

Romário lança livro sobre doenças raras



O livro será distribuído gratuitamente e está disponível por meio digital no site: www.romario.org

O deputado federal Romário (RJ) lançou em Brasília um livro sobre Doenças Raras. A publicação, organizada pelo parlamentar, traz textos de investigadores da área social e notas taquigráficas do evento do Dia Internacional de Doenças Raras, ocorrido em fevereiro deste ano em Brasília. O lançamento, que ocorreu na Câmara no final de setembro, contou com a presença do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons. Durante a cerimônia, Romário fez uma entrega simbólica do livro à Maria Vitória, criança que inspirou a fundação da Associação Maria Vitória - Doenças Raras (AMAVI).

“Muita gente achou que Romário seria somente um grande defensor do esporte, e o é, mas ele logo abraçou a causa das pessoas com deficiência, e até a causa do Comitê Paralímpico Brasileiro de uma forma efetiva, com informação, com credibilidade, com qualidade, conquistando inúmeras benefícios para essa minoria”, destacou Parsons.

A iniciativa também foi elogiada pela Presidente da Frente da Pessoa com Deficiência, deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL). “Parabéns, Romário, você tem sido mais que sensível, mais do que consciente em usar sua popularidade como

deputado para tantas causas importantes, assim como é a das doenças raras”, pontuou Rosinha.

A publicação reúne os artigos “O Raro em um Dia de Conscientização Mundial”, do mestrando em sociologia Rogério Lima Barbosa; “Questões Bioéticas sobre Doenças Genéticas Raras”, do doutor Natan Monsores, da Universidade de Brasília (UnB); e “Para um Começo de Reflexão sobre o Cuidado das Doenças Raras”, da doutora Sílvia Portugal, da Universidade de Coimbra.

“Além de expor à sociedade o resultado deste movimento social, o livro, por meio de seus artigos, lança um olhar social ao paciente que transcende as limitações puramente médicas”, explica Romário.

A separata destina-se a pesquisadores, estudantes, pacientes, familiares ou profissionais que atuam na área. A ideia do livro é dar visibilidade a realidade de pessoas que sofrem com doenças raras e degenerativas.

Doenças Raras – São consideradas doenças raras aquelas que afetam, no máximo, uma a cada duas mil pessoas. Cerca de 80% delas têm origem genética e muitas ainda não possuem cura conhecida. A falta de conhecimento médico e científico causa grande sofrimento às famílias, que se angustiam com a escassez de medicamentos.



- Síndrome de Down
- Autismo
- Deficiência Física
- Deficiência Visual
- Deficiência Intelectual
- Deficiência Auditiva



Legenda:

ELA: Esclerose Lateral Amiotrófica
MPS: Mucopolissacaridose
AMS: Atrofia dos Múltiplos Sistemas
NF: Neurofibromatose

+7996: Restante das doenças raras catalogadas

Câmara dos Deputados

Anexo IV - Gabinete 411
Contato: (61) 3215-5411 / 3411
Fax: (61) 3215-2411
CEP: 70160-900 - Brasília - DF
dep.romario@camara.leg.br

Escritório Rio de Janeiro

Contato: (21) 3988-9511/9411
Avenida das Américas nº3500
Edifício Hong Kong 3000, sala 130
Barra da Tijuca